



Secretaria de Estado da Administração - Santa Catarina

S03 - ANALISTA TÉCNICO ADMINISTRATIVO II

Turno: MANHÃ

Tipo de Prova
A

Sr. Candidato, para ter a sua prova corrigida é obrigatório a marcação do tipo de prova no cartão de respostas. Caso não marque o tipo de prova, o cartão de respostas não será lido e estará automaticamente eliminado do Concurso Público.

TRANSCREVA, NO SEU CARTÃO DE RESPOSTAS, A FRASE ABAIXO PARA O EXAME GRAFOTÉCNICO:

“Feliz aquele que transfere o que sabe e aprende o que ensina.” (Cora Coralina)

ATENÇÃO

Este caderno contém cem questões de múltipla escolha,
cada uma com cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E).

Verifique se este material está em ordem, caso contrário, notifique imediatamente o fiscal.

O tempo de duração da prova inclui o preenchimento do cartão de respostas.

Duração da prova: 4 horas e 30 minutos

LEIA AS INSTRUÇÕES ABAIXO

Por motivo de segurança:

- O candidato só poderá retirar-se definitivamente da sala após 1 (uma) hora do início efetivo da prova.
- Somente faltando 1 (uma) hora para o término da prova, o candidato poderá retirar-se levando o seu caderno de questões.
- O candidato que optar por se retirar sem levar o seu caderno de questões não poderá copiar suas respostas por qualquer meio.
- Ao terminar a prova, o candidato deverá se retirar imediatamente do local, não sendo possível nem mesmo a utilização dos banheiros e/ou bebedouros.

Sr. Candidato, ao terminar a prova é de sua responsabilidade entregar ao fiscal o cartão de respostas assinado. Não se esqueça dos seus pertences.

Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala até que o último candidato entregue o cartão de respostas, devendo assinar a capa de sala.

O fiscal de sala não está autorizado a alterar quaisquer dessas instruções. Em caso de dúvida, solicite a presença do coordenador local.

BOA PROVA!

Língua Portuguesa

Leia o texto abaixo e responda ao que se pede.

Em qualquer trabalho físico, até no mais mecânico e degradado, existe um mínimo de atividade intelectual criadora.

Todos os homens são intelectuais – pode-se dizer; mas nem todos os homens têm na sociedade a função de intelectuais. Não se pode separar *homo faber* do *homo sapiens*.

Todo homem, fora de sua profissão, exerce alguma atividade intelectual, é um “filósofo”, um artista, um homem de gosto, participa de uma concepção de mundo, tem uma linha de conduta moral: contribui para manter ou para modificar uma concepção do mundo, isto é, para suscitar novos modos de pensar.

(Antonio Gramsci – *Os intelectuais e a organização da cultura*.)

*homo faber = é a fase em que o homem possui capacidade de fabricar utensílios, com os quais se torna capaz de transformar a natureza.

*homo sapiens = é quando o homem passa a conhecer a realidade, a ter consciência do mundo e de si mesmo.

Questão 1

O texto lido pertence ao seguinte tipo textual:

- (A) Descritivo.
- (B) Injuntivo.
- (C) Narrativo.
- (D) Expositivo.
- (E) Argumentativo.

Questão 2

Observe as afirmativas abaixo.

I – No trabalho mais rudimentar apenas existe a atividade física.

II – Todos os homens deveriam ter profissões em que expusessem sua atividade intelectual.

III – O *homo sapiens* contém o *homo faber*, pois aquele é evolução deste.

IV – Fora de sua atividade, todo homem contribui para novos pensamentos que podem gerar contribuições sociais.

V – A atividade intelectual sempre existirá em qualquer tipo de trabalho, pequena que seja.

As opções que estão de acordo com o texto são:

- (A) I, II, III.
- (B) II, IV, V.
- (C) III, IV, V.
- (D) I, III, IV.
- (E) I, II, V.

Questão 3

Em “Em qualquer trabalho físico, até no mais mecânico e degradado, existe um mínimo de atividade intelectual criadora.”, o período pode ser classificado como:

- (A) simples.
- (B) composto por orações coordenadas assindéticas.
- (C) composto por orações subordinadas adverbiais.
- (D) composto por orações coordenadas sindéticas.
- (E) composto por orações subordinadas adjetivas.

Questão 4

Em “Todo homem, fora de sua profissão, exerce alguma atividade intelectual...”, as vírgulas foram empregadas para:

- (A) indicar a omissão de um termo.
- (B) isolar a circunstância adverbial.
- (C) separar termos de idêntica função sintática.
- (D) separar o aposto.
- (E) separar o predicativo.

Questão 5

Em "...é um "filósofo", um artista, um homem de gosto, participa de uma concepção de mundo, tem uma linha de conduta moral: contribui para manter ou para modificar uma concepção do mundo.", os dois pontos poderiam ser substituídos por vírgula, explicitando-se o sentido entre as orações pelo conector:

- (A) embora.
- (B) portanto.
- (C) conquanto.
- (D) pois.
- (E) como.

Questão 6

Em "Os juízes _____-se de julgar, temendo que se _____ as opiniões, os ânimos não se _____.

A alternativa que completa adequadamente as lacunas é:

- (A) absteram – mantessem – refizessem.
- (B) abstiveram – mantessem – refizessem.
- (C) absteram – mantessem – refizessem.
- (D) absteram – mantivessem – refizessem.
- (E) abstiveram – mantivessem – refizessem.

Questão 7

Assinale a alternativa que preenche corretamente as lacunas.

1. Viu-se frente __ frente com o invasor.
2. Observava __ distância a cena comovente.
3. Não se referira __ nenhum dos presentes.
4. Desandou __ correr pela via escura.
5. Chegou __ uma hora da madrugada.

- (A) à – à – à – à – à.
- (B) à – à – à – a – à.
- (C) a – a – a – a – a.
- (D) à – à – a – a – à.
- (E) a – a – a – a – à.

Questão 8

A alternativa que está em desacordo com a norma da língua culta em relação à concordância nominal é:

- (A) Chegaram carros, fogões e geladeiras exportados.
- (B) É necessário cautela com os pseudopropetas.
- (C) Eram modelos os mais elegantes possível.
- (D) As fotos vão seguir anexas ao processo.
- (E) Foi acusado de crime de lesa-pátria.

Questão 9

Quanto à concordância verbal, a alternativa correta é:

- (A) Qual de nós chegamos primeiro à beira da praia?
- (B) Faz cinco anos que nos separamos.
- (C) Os Estados Unidos representa um perigo para o Oriente.
- (D) Sem a educação, não podem haver cidadãos conscientes.
- (E) Sobrou-me uma folha de papel, uma caneta e uma borracha.

Questão 10

Na frase "Só lhe restava aquela alternativa: aceitar a proposta.", o termo em destaque classifica-se morfologicamente como:

- (A) pronome pessoal oblíquo.
- (B) pronome pessoal reto.
- (C) pronome de tratamento.
- (D) pronome adjetivo.
- (E) pronome indefinido.

Raciocínio Lógico Quantitativo

Questão 11

Considere uma sequência onde os elementos são perímetros de triângulos equiláteros. O primeiro elemento é o perímetro do triângulo equilátero com lado igual a 3. Sabe-se que a razão entre os lados de dois triângulos consecutivos é um terço. Sendo assim, a soma dos perímetros dos triângulos em questão é:

- (A) 27.
- (B) 28.
- (C) $27/2$.
- (D) $25/2$.
- (E) $15/2$.

Questão 12

A diretoria de RH de uma empresa de engenharia divulgou o resultado de uma enquete que foi feita com todos os 75 funcionários da empresa. A enquete tratava-se sobre a vontade dos funcionários de voltar a trabalhar presencialmente, continuar no trabalho remoto ou então adotar o modelo híbrido, ou seja, adotar os dois métodos ao mesmo tempo. 20 funcionários não responderam, pois estavam de férias. Sabe-se que 10 pessoas escolheram o modelo híbrido e que 42 pessoas escolheram o modelo remoto. O número de pessoas que escolheu apenas o modelo presencial é:

- (A) 13.
- (B) 14.
- (C) 15.
- (D) 16.
- (E) 17.

Questão 13

Fernando ao comprar um carro lhe foi oferecido um desconto de R\$2.500,00 reais se fosse pago à vista. Considerando que este desconto equivale a 5% do valor total do carro, o valor total pago por Fernando é de:

- (A) R\$ 50.000,00.
- (B) R\$ 49.500,00.
- (C) R\$ 49.000,00.
- (D) R\$ 48.500,00.
- (E) R\$ 47.500,00.

Questão 14

Quatro amigos estavam em uma pizzaria e queriam saber quem tinha comido mais pizza naquela noite. Amanda informou que tinha comido $7/8$ de uma pizza, já o João comeu $4/5$, Rômulo $3/4$ e Iam $8/9$. Dessa forma, podemos afirmar que:

- (A) Amanda foi a que menos comeu entre os amigos.
- (B) João comeu mais que Amanda.
- (C) Iam comeu mais que Rômulo.
- (D) Rômulo comeu mais que João.
- (E) Iam foi o que menos comeu entre os amigos.

Questão 15

Maurício acordou e verificou que o tempo decorrido do dia era igual a um quarto do tempo restante até o final do dia. A horário que Maurício acordou foi:

- (A) 4h18min.
- (B) 4h22min.
- (C) 4h30min.
- (D) 4h48min.
- (E) 5h12min.

Questão 16

Para se ajudar a lembrar da senha do banco, um idoso anotou as seguintes dicas:

- 1- O primeiro dígito é uma vogal.
- 2- O segundo dígito é um quadrado perfeito no intervalo 0-9.
- 3- O terceiro dígito é um número ímpar no intervalo 0-9.
- 4- O quarto dígito é uma letra entre as 26 do alfabeto.

O número de possibilidades diferentes de senhas é de:

- (A) 1.950.
- (B) 1.300.
- (C) 1.550.
- (D) 1.450.
- (E) 1.850.

Questão 17

Lúcia possui dois reservatórios com o mesmo volume: um com o formato cilíndrico e outro com formato de pirâmide com a base quadrada. Sabendo que o reservatório piramidal tem base quadrada com 3m de lado e 16m de altura e o cilíndrico tem 1m de altura, o diâmetro do tanque cilíndrico é:

Considere $(\pi) = 3$

- (A) 4m.
- (B) 5m.
- (C) 6m.
- (D) 7m.
- (E) 8m.

Questão 18

Ao arremessar dois dados e duas moedas simultaneamente, a probabilidade de que saia uma coroa e que a soma dos números dos dados seja pelo menos 5 é:

- (A) 1/24.
- (B) 5/24.
- (C) 7/24.
- (D) 11/24.
- (E) 13/24.

Questão 19

Considere a seguinte afirmativa:

“Se Letícia é alta ou Pedro é inteligente, então Clara não é paciente e Caio é pensativo”.

A alternativa que representa uma sentença logicamente equivalente à afirmação é:

- (A) Clara não é paciente e Caio não é pensativo.
- (B) Se Clara é paciente e Caio não é pensativo, então Letícia não é alta e Pedro não é inteligente.
- (C) Se Clara é paciente ou Caio é pensativo, então Letícia é alta ou Pedro é inteligente.
- (D) Se Clara é paciente e Caio é pensativo, então Letícia não é alta e Pedro não é inteligente.
- (E) Se Clara é paciente ou Caio não é pensativo, então Letícia não é alta ou Pedro não é inteligente.

Questão 20

Data palíndromas são datas que tanto podem ser lidas da direita para a esquerda como da esquerda para direita sem alteração de significado. Um exemplo recente de data palíndroma foi o dia 02/02/2020.

Considere todas as datas palíndromas no formato DD/MM/AAAA, em que DD é dia com dois algarismos, MM é mês com dois algarismos e AAAA é ano com quatro algarismos.

Desconsiderando a existência de anos bissextos, a diferença entre o número de datas palíndromas possíveis de 01 de janeiro de 2000 a 31 de dezembro de 2999 e de 01 de janeiro de 4000 a 31 de dezembro de 4999, nessa ordem, é:

- (A) 27.
- (B) 28.
- (C) 29.
- (D) 30.
- (E) 31.

Legislação e ética na Administração Pública

Questão 21

Aos brasileiros natos são privativos os cargos de:

- (A) Presidente, Vice-Presidente e Governador.
- (B) Presidente, Vice-presidente e Oficial das Forças Armadas.
- (C) Presidente, Vice-presidente e Senador.
- (D) Presidente, governador e Senador.
- (E) Presidente, Vice-Presidente e Vereador.

Questão 22

Sobre a Constituição Federal de 1988, está correto o que se diz em:

- (A) O servidor público estável perderá o cargo em virtude de sentença judicial, mesmo que passível de recurso.
- (B) A filiação sindical é obrigatória e cabe aos sindicatos a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria.
- (C) São brasileiros os estrangeiros de qualquer nacionalidade, desde que sejam residentes no Brasil há mais de 10 (dez) anos ininterruptos e sem condenação penal.
- (D) O aposentado filiado tem o direito de votar e ser votado nas organizações sindicais.
- (E) A autarquia poderá ser criada por lei complementar e cabe a lei específica definir as áreas de sua atuação.

Questão 23

Patrícia, ao sentir fortes dores abdominais, foi encaminhada ao atendimento do SUS para a realização de exames. Foi constatado pelo médico do plantão que a paciente estava com uma inflamação no apêndice e, sendo assim, ofertou à mesma a realização do procedimento por meio de videolaparoscopia pelo valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), o que cobriria os gastos pelo uso do equipamento para realizar o procedimento de forma particular, visto que a máquina era de sua propriedade. Após a realização do procedimento, seus familiares realizaram o pagamento ao médico. Conforme a atitude médica, analisando do ponto de vista da tipificação criminal, é correto afirmar que:

- (A) não ocorreu crime, pois o pagamento foi destinado ao uso dos gastos pelo uso do equipamento, não representando o recebimento de vantagem pelo médico.
- (B) o médico praticou o crime de corrupção passiva, conforme o art. 317 do Código Penal.
- (C) o médico praticou crime de peculato, conforme o art. 312 do Código Penal.
- (D) o médico praticou crime de emprego irregular de verbas públicas, conforme o art. 315 do Código Penal.
- (E) o médico praticou crime contra a Administração em Geral.

Questão 24

João, funcionário público, inseriu dados falsos em sistema de informações na repartição pública onde trabalha, com fins pessoais. A pena que deverá ser aplicada para o ato praticado por João é:

- (A) detenção, de 2 (dois) a 12 (doze) meses, e multa.
- (B) detenção, de 3 (três) a 12 (doze) meses, e multa.
- (C) reclusão, de 1 (um) a 12 (doze) meses, e multa.
- (D) reclusão, de 3 (três) a 12 (doze) meses, e multa.
- (E) reclusão, de 2 (dois) a 12 (doze) meses, e multa.

Questão 25

Segundo a Lei nº 13.709/2018, o tratamento de dados pessoais somente poderá ser realizado nas seguintes hipóteses:

- (A) para o cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo operador.
- (B) quando necessário para atender aos interesses legítimos do operador ou de terceiros, exceto no caso de prevalecerem direitos e liberdades fundamentais do titular que exijam a proteção dos dados pessoais.
- (C) mediante o fornecimento de consentimento pelo controlador ou operador.
- (D) quando necessário para a execução de contrato ou de procedimentos preliminares relacionados a contrato do qual seja parte o titular, a pedido do controlador dos dados.
- (E) para a tutela da saúde, exclusivamente, em procedimento realizado por profissionais de saúde, serviços de saúde ou autoridade sanitária.

Questão 26

Com relação à Lei nº 13.709/2018, está correta a alternativa:

- (A) A disciplina de proteção de dados pessoais tem como um de seus fundamentos a liberdade de expressão, de informação, de publicidade e de opinião.
- (B) O controlador é a pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do operador.
- (C) O término do tratamento de dados pessoais ocorrerá com a comunicação do operador.
- (D) Cabe ao controlador o ônus da prova de que o consentimento foi obtido para obtenção de dados em conformidade com a lei.
- (E) O controlador e o operador devem manter registro das operações de tratamento, quando possível, de dados pessoais que realizarem, especialmente quando baseado no legítimo interesse.

Questão 27

No que tange à Lei Complementar nº 491/2010 (Estatuto Jurídico Disciplinar no âmbito da Administração Direta e Indireta do Estado de Santa Catarina), pode-se afirmar que:

- (A) o processo disciplinar tem como fases a instauração, instrução, defesa e julgamento.
- (B) achando-se o acusado em lugar incerto e não sabido, dar-se-á o prazo de 10 (dez) dias para defesa.
- (C) o procurador do acusado poderá assistir ao interrogatório, bem como à inquirição das testemunhas, podendo interferir nas perguntas e respostas, em favor ao acusado.
- (D) a sindicância patrimonial constitui-se como procedimento sigiloso e meramente investigatório, não tendo caráter punitivo.
- (E) ao ter ciência de fatos noticiados que configuram ilícito administrativo e constatada a inexistência de providências, é obrigatório à Procuradoria Geral do Estado determinar ao órgão onde ocorreram os fatos, a abertura de sindicância ou processo administrativo.

Questão 28

À luz da Constituição do Estado de Santa Catarina de 1989, está correto o que se diz em:

- (A) Os atos de improbidade administrativa importarão a cassação dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário.
- (B) A Constituição do Estado de Santa Catarina poderá ser emendada mediante proposta de um terço, no mínimo, das Câmaras Municipais do Estado, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.
- (C) Vagando os cargos de Governador e Vice-Governador, far-se-á eleição 90 (noventa) dias depois de aberta a última vaga.
- (D) O Tribunal de Contas do Estado será integrado por 5 (cinco) Conselheiros, tendo como sede a cidade de Florianópolis.
- (E) O Governador e o Vice-Governador serão eleitos dentre brasileiros maiores de 35 (trinta e cinco) anos, além das demais condições da legislação eleitoral.

Questão 29

A Lei nº 6.745/1985 elenca os requisitos básicos necessários para a inscrição em concurso público. São eles:

- (A) Ter nacionalidade brasileira, gozo dos direitos políticos, quitação com as obrigações militares e eleitorais e idade mínima de 18 (dezoito) anos.
- (B) Ter nacionalidade brasileira, gozo dos direitos políticos, quitação com as obrigações militares e eleitorais e idade mínima de 21 (vinte e um) anos.
- (C) Ter nacionalidade brasileira, gozo dos direitos eleitorais, quitação com as obrigações militares e políticas e idade mínima de 18 (dezoito) anos.
- (D) Ter nacionalidade brasileira, gozo dos direitos eleitorais, quitação com as obrigações militares e eleitorais e idade mínima de 21 (vinte e um) anos.
- (E) Ter nacionalidade brasileira, gozo dos direitos eleitorais, quitação com as obrigações militares e políticas e idade mínima de 16 (dezesesseis) anos, caso emancipado.

Questão 30

Segundo a Constituição Federal de 1988, sabe-se que todos são iguais perante a lei. Partindo desta premissa:

- (A) é inviolável o sigilo de correspondência e das comunicações, salvo por ordem administrativa.
- (B) todos podem reunir-se pacificamente em locais abertos ao público, precisando para tanto de autorização do Estado.
- (C) é livre a manifestação de pensamento, sendo vedado o anonimato.
- (D) o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita a todos os cidadãos.
- (E) é reconhecida a instituição do júri em julgamento de crimes culposos contra a vida.

Informática Básica**Questão 31**

Para economizar espaço em disco, diminuir o tamanho de um arquivo para envio por e-mail etc., usamos os compactadores de arquivos. Dos itens abaixo relacionados, aquele que NÃO é um compactador:

- (A) 7Zip.
- (B) ARJ.
- (C) TAR.
- (D) Winrar.
- (E) Compac.

Questão 32

Dos modelos de hard disk abaixo, aquele que utiliza a tecnologia de memória flash é:

- (A) ATA.
- (B) SSD.
- (C) SATA.
- (D) SCSI.
- (E) ESCON.

Questão 33

No sistema operacional Linux o usuário de maior poder que já vem configurado de fábrica é o:

- (A) Master.
- (B) Admin.
- (C) Maint.
- (D) Boss.
- (E) Root.

Questão 34

Suponha uma planilha Excel com os seguintes valores nas células: A3=8, B3=22, C3= 6

O valor da célula D3 se ela contiver a fórmula

$=\text{SE}(B3 < C3; 5; 10) + C3$ será:

- (A) 16.
- (B) 18.
- (C) 24.
- (D) 22.
- (E) 6.

Questão 35

No Ms Word, o item da barra de ferramentas em que encontramos a opção para alterar os tamanhos de margem do documento chama-se:

- (A) inserir.
- (B) layout da página.
- (C) referências.
- (D) correspondências.
- (E) revisão.

Questão 36

O Painel de Controle do Windows oferece uma série de ferramentas para controle e configuração do Windows. Dentre as opções abaixo, aquela em que é possível encontrar a opção para modificar a Tela de Fundo chama-se:

- (A) gerenciamento de cores.
- (B) opções de pasta.
- (C) aparência e personalização.
- (D) adicionar hardware.
- (E) informações e ferramentas.

Questão 37

Dos softwares abaixo, aquele que é a solução Microsoft para reuniões virtuais denomina-se:

- (A) Zoom.
- (B) Google Meeting.
- (C) WhatsApp.
- (D) Teams.
- (E) Skype.

Questão 38

O Aplicativo Chrome é um:

- (A) software de e-mail.
- (B) editor e apresentador de slides.
- (C) editor de Textos.
- (D) navegador de internet.
- (E) editor de imagens.

Questão 39

Quando codificamos dados, utilizando um algoritmo baseado em uma chave, que também será utilizada para decodificá-los posteriormente, estaremos utilizando:

- (A) firewall.
- (B) criptografia.
- (C) certificação digital.
- (D) validação eletrônica.
- (E) antivírus.

Questão 40

Uma intranet é uma rede:

- (A) para uso interno de uma empresa ou organização.
- (B) para fornecer informações para o público fora da empresa.
- (C) que tem as mesmas funções da internet.
- (D) de Voz Digital.
- (E) de dados destinada a cidades do interior.

Conhecimentos Específicos

Questão 41

Os princípios fundamentais constitucionais estão previstos no artigo 1º da Constituição Federal de 1988. Sobre o tema, a alternativa correta que corresponde a um dos seus fundamentos é:

- (A) o desenvolvimento nacional.
- (B) os valores sociais do trabalho e da livre-iniciativa.
- (C) erradicação da pobreza e o desenvolvimento nacional.
- (D) autodeterminação dos povos.
- (E) promoção do bem de todos.

Questão 42

Márcia, filha de brasileiro e mãe americana, nasceu na Argentina enquanto seu pai atuava como embaixador representando o Brasil. Sendo assim, pela Constituição Brasileira, Márcia é considerada:

- (A) brasileira nata.
- (B) americana nata.
- (C) brasileira naturalizada.
- (D) americana naturalizada.
- (E) estrangeira.

Questão 43

Podem propor ação direta de inconstitucionalidade (ADIN) perante o Supremo Tribunal de Federal, além do Presidente da República:

- (A) o Procurador-Geral da República e Vice-Governador do Estado ou do Distrito Federal.
- (B) a Mesa da Câmara dos Deputados e o Vice-Presidente da República.
- (C) o Conselho Federal da Ordem dos Advogados e a Confederação Sindical.
- (D) a Mesa da Câmara dos Deputados e Senador.
- (E) o Vice-Presidente da República e o Governador do Estado ou Distrito Federal.

Questão 44

No que diz respeito à intervenção da União nos Estados Federados, pode-se afirmar que a União não intervirá nos Estados nem no Distrito Federal:

- (A) salvo se ocorrer atraso em pagamento de dívida fundada.
- (B) salvo se ocorrer a suspensão de pagamento de dívida fundada por mais de 1 (um) ano consecutivo.
- (C) salvo quando não tiver sido aplicado o mínimo exigido nas ações de segurança pública.
- (D) salvo se ocorrer a suspensão de pagamento de dívida fundada por mais de 3 (três) anos consecutivos.
- (E) salvo para assegurar o princípio da autonomia municipal.

Questão 45

A composição das Câmaras Municipais dar-se-á no limite máximo de:

- (A) 9 (nove) Vereadores, nos Municípios de até 10.000 (dez mil) habitantes.
- (B) 11 (onze) Vereadores, nos Municípios de até 15.000 (quinze mil) habitantes.
- (C) 13 (treze) Vereadores, nos Municípios com mais de 15.000 (quinze mil) habitantes até 30.000 (trinta mil) habitantes.
- (D) 15 (quinze) Vereadores, nos Municípios com mais de 50.000 (cinquenta mil) e de até 80.000 (oitenta mil) habitantes.
- (E) 17 (dezesete) Vereadores, nos Municípios com mais de 80.000 (oitenta mil) até 110.000 (cento e dez mil) habitantes.

Questão 46

Sobre a composição do Conselho Nacional do Ministério Público, é correto afirmar que se compõe de 14 membros, entre eles:

- (A) 3 (três) membros do Ministério Público da União e 2 (dois) advogados indicados pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.
- (B) 3 (três) membros do Ministério Público dos Estados e 2 (dois) advogados indicados pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.
- (C) 3 (três) membros do Ministério Público da União e 3 (três) cidadãos de notável saber jurídico e reputação ilibada.
- (D) 3 (três) membros do Ministério Público da União e 2 (dois) cidadãos de notável saber jurídico e reputação ilibada.
- (E) 3 (três) membros do Ministério Público dos Estados e 3 (três) advogados indicados pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

Questão 47

Leôncio, detento em sede prisional, faleceu de forma abrupta em sua cela. A responsabilidade do Estado perante a morte do detento é:

- (A) subjetiva, visto que a morte de Leôncio ocorreu de forma abrupta.
- (B) objetiva, devido a morte de Leôncio ocorrer de forma abrupta.
- (C) em regra é subjetiva, mas no caso em tela, como houve falecimento abrupto, a responsabilidade é objetiva.
- (D) em regra é subjetiva, sendo a morte abrupta ou não.
- (E) objetiva, pois deve-se zelar pela integridade dos detentos.

Questão 48

Leopoldina é professora universitária e está inscrita em um concurso para se tornar tradutora de Libras em um instituto federal. Caso seja aprovada no concurso:

- (A) Leopoldina terá que escolher qual concurso irá atuar, pois não é permitido pela Constituição Federal o acúmulo de funções públicas.
- (B) Leopoldina poderia atuar nas duas funções públicas se fossem elas de esferas diferentes.
- (C) Leopoldina poderá atuar nas duas funções, visto que é permitido o acúmulo de um cargo de professor com outro de técnico.
- (D) Leopoldina terá que escolher qual concurso irá atuar, pois não é permitido o acúmulo de dois cargos de professores.
- (E) Leopoldina poderá atuar nas duas funções, visto que é permitido o acúmulo de dois cargos de professores.

Questão 49

É da Competência exclusiva do Congresso Nacional:

- (A) mudar temporariamente sua sede.
- (B) escolher um terço dos membros do Tribunal de Contas.
- (C) mudar de forma definitiva sua sede.
- (D) sustar os atos normativos do Poder Judiciário.
- (E) julgar semestralmente as contas prestadas pelo Presidente da República.

Questão 50

A Emenda Constitucional é uma modificação imposta ao texto da Constituição após sua promulgação. Acerca do assunto pode-se dizer que:

- (A) poderá ser emendada mediante proposta de dois terços, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.
- (B) a matéria rejeitada em Emenda Constitucional poderá ser objeto de nova proposta na mesma sessão.
- (C) em casos excepcionais, poderá a Emenda Constitucional ser emendada na vigência de intervenção federal.
- (D) não será objeto da Emenda Constitucional a proposta que tende abolir os direitos e garantias individuais.
- (E) a proposta será discutida e votada pelo Congresso Nacional, em dois turnos, aprovando-se caso haja dois quintos dos votos dos respectivos membros.

Questão 51

Em relação ao Tribunal de Contas, é correto afirmar que:

- (A) os Ministros do Tribunal de Contas da União serão nomeados dentre os brasileiros com mais de 30 (trinta) anos e menos de 65 (sessenta e cinco) anos.
- (B) o Tribunal de Contas da União será integrado por 7 (sete) Ministros.
- (C) o Tribunal de Contas da União encaminhará ao Congresso Nacional, trimestralmente e anualmente, relatório de suas atividades.
- (D) ao Tribunal de Contas da União compete apreciar as contas prestadas semestralmente do Presidente da República.
- (E) um terço dos Ministros de Contas da União serão escolhidos pelo Congresso Nacional.

Questão 52

Uma Lei Municipal foi impugnada mediante uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) proposta perante o Supremo Tribunal Federal. Neste caso:

- (A) poderá o Supremo Tribunal Federal julgar a Ação de Inconstitucionalidade, sendo de sua competência originária o julgamento.
- (B) não poderá o Supremo Tribunal Federal julgar a Ação de Inconstitucionalidade, pois não é de sua competência julgar ações de controle concentrado.
- (C) poderá o Supremo Tribunal Federal julgar a Ação de Inconstitucionalidade, sendo de exclusiva competência o seu julgamento.
- (D) não poderá o Supremo Tribunal Federal julgar a Ação de Inconstitucionalidade, pois não é de sua competência julgar leis municipais.
- (E) poderá o Supremo Tribunal Federal julgar a Ação de Inconstitucionalidade, tendo competência para julgar de forma subsidiária leis municipais.

Questão 53

São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, na forma da nossa Constituição Federal:

- (A) seguro contra acidente do trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa.
- (B) aviso prévio proporcional de no máximo 30 (trinta) dias, nos termos da lei.
- (C) assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até os 4 (quatro) anos de idade.
- (D) licença à gestante, com a duração de 180 (cento e oitenta) dias.
- (E) proibição do trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de 16 (dezesesseis) anos.

Questão 54

Sobre as prerrogativas constitucionais dos Deputados e Senadores, é correto afirmar que:

- (A) as prerrogativas dos Deputados e Senadores visam proteger a função parlamentar, não precisando ser comprovado o nexo funcional de sua manifestação.
- (B) a manifestação dos parlamentares, ainda que feita fora do exercício estrito do mandato, mas em consequência deste, não está abrangida pela inviolabilidade.
- (C) as imunidades dos deputados e senadores serão suspensas durante o estado de sítio, devido a excepcionalidade da situação.
- (D) a inviolabilidade parlamentar alcança o seu suplente, que detém das mesmas prerrogativas para exercer a sua função.
- (E) as manifestações, dentro ou fora do Congresso Nacional, se em razão do mandato, estão protegidas pela imunidade.

Questão 55

Prefeito de Município X, celebrou convênio com o Ministério da Educação. O Ministério repassou a quantia ajustada, porém o Prefeito ao final do prazo do convênio não prestou contas de como esse dinheiro foi utilizado.

Ao tomar posse, o novo prefeito do Município Beta verificou a irregularidade e ordenou que o Procurador do Município preparasse e ajuizasse uma Ação de Improbidade contra o ex-Prefeito na Justiça Estadual.

Ao ser ajuizada, a Justiça Estadual entendeu ser da Justiça Federal a competência de julgamento, pois se tratava de convênio com órgão federal. Por fim, ao analisar a questão, o juiz federal também declinou a sua competência, sustentando que o caso não se enquadrava em nenhuma das hipóteses de competência da Justiça Federal previstas no art. 109 da CF/88.

Sendo assim, a ação deverá ser proposta:

- (A) na Justiça Estadual por se tratar de crime praticado por Prefeito de Município.
- (B) na Justiça Federal por se tratar de crime contra convênio com órgão federal.
- (C) pela Justiça Estadual pelo fato de a União não ter manifestado interesse em intervir na causa.
- (D) no STJ pelo fato de envolver entes municipais e federais.
- (E) perante o STF pelo fato de se tratar de conflito de competência estadual e federal.

Questão 56

As compras realizadas pelo setor público precisam cumprir regras estabelecidas pela legislação. No bojo da Lei nº 14.133/2021, encontramos as definições e normas gerais de licitação e contratação. Sobre o assunto, a opção correta é:

- (A) A modalidade convite se destina a obras e serviços de engenharia de até R\$100.000,00 (cem mil reais).
- (B) No pregão há necessidade de garantias, como o pagamento de taxas e emolumentos.
- (C) Ocorrendo alguma irregularidade na licitação, a sua anulação será decretada com efeito *ex nunc*.
- (D) O licitante é pessoa física ou jurídica, ou consórcio de pessoas jurídicas, que participa ou manifesta a intenção de participar de processo licitatório público.
- (E) A revogação da licitação poderá ser total ou parcial, podendo ocorrer depois da assinatura do contrato.

Questão 57

A assertiva correta sobre os efeitos do tombamento de bens públicos é a seguinte:

- (A) As coisas tombadas que pertençam à União, aos Estados ou aos Municípios, podem ser alienadas por necessidade, ou transferidas de uma a outra das referidas entidades.
- (B) Verificando urgência na realização de obras e conservação ou reparação em qualquer coisa tombada, poderá o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional tomar a iniciativa de projetá-las e executá-las.
- (C) O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional possuirá três Livros do Tombo, sendo eles: Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, Livro do Tombo Histórico e Livro do Tombo das Artes Aplicadas.
- (D) No caso de extravio ou furto de qualquer objeto tombado, o respectivo proprietário deverá dar conhecimento do fato, no prazo de 3 (três) dias, sob pena de multa.
- (E) As coisas tombadas poderão ser pintadas sem a necessidade de aviso prévio ao Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, pois caracteriza-se como uma restauração do bem.

Questão 58

A classificação de materiais tem como um de seus principais atributos:

- (A) a abrangência.
- (B) a perecibilidade.
- (C) a matéria-prima.
- (D) a infinitude.
- (E) a possibilidade de fazer ou comprar.

Questão 59

O prazo estipulado pela Lei 4.320/64, que estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal para que o material seja considerado permanente é superior a:

- (A) 1 (um) ano.
- (B) 2 (dois) anos.
- (C) 3 (três) anos.
- (D) 4 (quatro) anos.
- (E) 5 (cinco) anos.

Questão 60

A gestão de um estoque é de grande importância para uma instituição. Sobre a de consumo, esta poderá ser feita através de:

- (A) uma predileção.
- (B) custos de pedidos.
- (C) reposição contínua.
- (D) custos pela falta de estoque.
- (E) sistemas das duas gavetas.

Questão 61

A respeito das compras governamentais (Lei nº14.133/21 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos), a alternativa correta é a seguinte:

- (A) O planejamento de compras deverá considerar a expectativa de consumo semestral da Administração Pública.
- (B) No pregão, o licitante que der o maior lance será o vencedor.
- (C) Na aplicação do princípio do parcelamento deverá ser considerada a divisão do objeto em lotes.
- (D) A compra governamental é considerada a aquisição remunerada de bens para fornecimento, sendo imediata aquela com prazo de entrega de até 45 (quarenta e cinco) dias da ordem de fornecimento.
- (E) Em casos emergenciais, os contratos poderão ser prorrogados e fornecedores recontratados, devendo contemplar as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias.

Questão 62

O comprador realiza uma aquisição de bens e materiais visando a composição do ativo da instituição. A modalidade de compra realizada denomina-se:

- (A) compra normal.
- (B) compra emergencial.
- (C) compra para consumo.
- (D) compra especulativa.
- (E) compra para investimento.

Questão 63

Assinale a assertiva que se coaduna com o processo licitatório público realizado conforme expressa previsão legal:

- (A) O processo licitatório será indeferido quando pessoa física ou jurídica que, nos 3 (três) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.
- (B) No processo licitatório necessita-se o reconhecimento dos documentos, por firma, para que tenham validade perante a administração.
- (C) A concorrência é a modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto.
- (D) O credenciamento é o conjunto de procedimentos para realização, mediante contratação direta ou licitação nas modalidades pregão ou concorrência, de registro formal de preços relativos a prestação de serviços, a obras e a aquisição e locação de bens para contratações futuras.
- (E) As licitações serão realizadas preferencialmente sob a forma eletrônica, admitida a utilização da forma presencial, desde que motivada, devendo a sessão pública ser registrada em ata e gravada em áudio e vídeo.

Questão 64

As instituições precisam de, pelo menos, o mínimo de estoque para manter a segurança de que não faltará material para o seu funcionamento. Em relação à utilização da técnica de empilhamento, pode-se afirmar tratar-se de um tipo de estocagem vertical que necessita ser utilizada:

- (A) para o aproveitamento e economia do espaço, devido a grande quantidade de materiais que precisam ser armazenados.
- (B) nos casos de necessidade de agrupar e acondicionar os materiais.
- (C) para pequenos materiais, armazenando produtos através do deslizamento.
- (D) com estantes para suportar materiais de grandes dimensões.
- (E) para sustentação vertical de paletes.

Questão 65

Edital de licitação que estabelece critérios de classificação para a escolha de licitantes em credenciamento está agindo

corretamente?

A alternativa que responde à questão proposta é:

- (A) Sim, porque há previsão legal para que o edital de licitação seja feito conforme a necessidade do Estado.
- (B) Sim, porque há previsão legal para que se estabeleçam critérios de classificação na escolha de licitantes em credenciamento.
- (C) Não, porque o estabelecimento de critérios de classificação para a escolha de licitantes em credenciamento é ilegal.
- (D) Não, porque o estabelecimento de critérios de classificação é ilegal em qualquer fase da licitação, ferindo assim, o princípio de igualdade entre os participantes.
- (E) Não, porque o estabelecimento de critérios não é atributo relativo à licitação, não sendo reconhecido por lei.

Questão 66

Os atos administrativos são declarações do Estado e praticados por seus órgãos públicos. Sobre a sua validade, a alternativa correta é:

- (A) O ato administrativo válido poderá ser editado por qualquer agente da administração pública.
- (B) O ato administrativo para ser considerado válido deve ter vigência determinada, manifestação bilateral de vontade, efeito imediato e vinculante.
- (C) O ato administrativo válido é aquele que está em conformidade com a lei, sendo uma manifestação unilateral de vontade.
- (D) O ato administrativo não tem forma determinada, sendo facultado ao agente público a sua conveniência.
- (E) O ato administrativo válido não pode ter seu ciclo de formação esgotado após a sua formação, não havendo necessidade de sua publicação por parte da administração pública.

Questão 67

A Lei nº 12.846/2013 dispõe sobre a responsabilização objetiva administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública. O prazo concedido para a defesa da pessoa jurídica no processo administrativo para apuração da responsabilidade é de:

- (A) 15 (quinze) dias, contados a partir da intimação.
- (B) 30 (trinta) dias, contados a partir da intimação.
- (C) 45 (quarenta e cinco) dias, contados a partir da intimação.
- (D) 15 (quinze) dias, contados a partir da decisão administrativa.
- (E) 30 (trinta) dias, contados a partir da decisão administrativa.

Questão 68

À luz da Lei Complementar nº 741/2019, cabe à Casa Civil:

- (A) coordenar o alinhamento institucional à estratégia governamental.
- (B) acompanhar as políticas e diretrizes da União para assuntos de comércio exterior, bem como as atividades dos demais Estados e do Distrito Federal quanto às políticas de incentivo ao investimento estrangeiro.
- (C) a segurança dos gabinetes e das residências do Governador do Estado e do Vice-Governador do Estado.
- (D) transmitir as instruções emanadas pelo Governador do Estado, controlando-as administrativamente.
- (E) auxiliar os Municípios e a sociedade do Estado nas atividades que lhes são de interesse na Capital Federal.

Questão 69

O processo licitatório, que é regulado por lei, tem-se o prazo mínimo para apresentação de propostas e lances de:

- (A) 8 (oito) dias úteis, quando adotados os critérios de julgamento de menor preço ou de maior desconto, no caso de serviços e obras.
- (B) 15 (quinze) dias úteis, quando adotados os critérios de julgamento de menor preço ou de maior desconto, no caso de serviços especiais e de obras e serviços especiais de engenharia.
- (C) 30 (trinta) dias úteis, quando o regime de execução for o de contratação semi-integrada, no caso de serviços e obras.
- (D) 30 (trinta) dias úteis para licitação em que se adote o critério de julgamento de técnica e preço ou de melhor técnica ou conteúdo artístico.
- (E) 60 (sessenta) dias úteis, quando o regime de execução for de contratação integrada, no caso de serviços e obras.

Questão 70

Pedro, servidor público federal, praticou ato de improbidade administrativa no exercício de suas funções. O Ministério Público ao tomar conhecimento da ação lesiva ajuizou ação de improbidade contra João e a Administração Pública federal, de forma paralela, instaurou processo administrativo disciplinar.

A autoridade administrativa ao julgar o processo aplicou a sanção de demissão ao servidor e inconformado, Pedro entrou na justiça com um mandado de segurança alegando caber ao Poder Judiciário o poder de demitir servidor através de uma sentença transitada em julgado.

Conforme o caso, julgue de quem é a competência para aplicar a sanção de demissão a Pedro e marque a alternativa correta:

- (A) A demissão de servidor por improbidade administrativa é possível por processo administrativo disciplinar.
- (B) A demissão do servidor por improbidade administrativa é possível somente por processo judicial, mesmo quando ainda há possibilidade de recurso.
- (C) A demissão do servidor por improbidade administrativa é possível somente por processo judicial transitado em julgado.
- (D) A demissão do servidor por improbidade administrativa depende de ambos os julgamentos, administrativo e judicial.
- (E) Não é possível a demissão do servidor público, pois ele é estável e tem garantia de emprego.

Questão 71

A Administração Pública, ao expedir atos complementares à lei, está se utilizando do seu poder:

- (A) discricionário.
- (B) de polícia.
- (C) normativo.
- (D) hierárquico.
- (E) disciplinar.

Questão 72

A _____ é uma entidade da administração pública indireta, criada por lei, com capacidade de desempenhar atividades que são próprias do Estado e titulares de direitos e obrigações próprias. O termo que completa corretamente o trecho é:

- (A) autarquia.
- (B) fundação pública.
- (C) empresa pública.
- (D) sociedade de economia mista.
- (E) fundação privada.

Questão 73

Sobre a indisponibilidade de bens na improbidade administrativa, a opção correta é:

- (A) A indisponibilidade de bens é uma sanção que pode ser decretada por processo administrativo, visando garantir ao Poder Público o ressarcimento ao erário.
- (B) A indisponibilidade de bens é uma sanção que deve ser decretada pelo juiz quando comprovada a demonstração de *fumus boni iuris* e *periculum in mora*, sendo protegido o bem de família.
- (C) A indisponibilidade de bens pode ser decretada por processo administrativo ou judicial, podendo recair sobre verbas absolutamente impenhoráveis, devido ao ato ter lesionado a Administração Pública.
- (D) A indisponibilidade de bens é uma medida cautelar que deve ser decretada pelo juiz, visando garantir ao erário público o devido ressarcimento ao erário.
- (E) A indisponibilidade de bens é uma sanção decretada pelo juiz que visa assegurar apenas o ressarcimento dos valores ao erário, não podendo custear a multa civil e nem dispor do bem de família que fica protegido por ter prerrogativas especiais.

Questão 74

A Administração Pública deve respeitar e agir conforme os princípios impostos pela lei. A alternativa que elenca os princípios expressos em nossa constituição é:

- (A) legalidade, impessoalidade, moralidade, veracidade e eficiência.
- (B) legalidade, supremacia do interesse público, moralidade, motivação e eficiência.
- (C) legalidade, supremacia do interesse público, moralidade, publicidade e eficiência.
- (D) legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
- (E) legalidade, impessoalidade, motivação, publicidade e finalidade.

Questão 75

O agente público é todo aquele que atua em nome do Estado exercendo uma função pública. A partir dessa afirmação, pode-se afirmar que:

- (A) os empregados públicos são os agentes do Estado que estão submetidos a um regime jurídico estatutário de Direito Público.
- (B) os particulares em colaboração com o Poder Público são os agentes que prestam serviço à Administração pública sem vínculo empregatício, com ou sem remuneração.
- (C) os servidores públicos são os agentes do Estado que atuam nas pessoas jurídicas da Administração Pública submetidos à Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.
- (D) os agentes honoríficos são pessoas físicas contratadas pela Administração Pública, de forma permanente, em razão de suas condições cívicas, honorabilidades ou de suas notórias capacidades profissionais.
- (E) os agentes políticos são pessoas físicas que prestam, sem perder a condição de particulares, serviços ao Estado.

Questão 76

Marcos pratica ato de improbidade administrativa, causando danos a terceiros em processo de licitação. Sendo assim, poderá o Estado ser responsabilizado por esta conduta? Se sim, há direito de regresso? Analise a situação e marque a alternativa que responde corretamente à questão proposta:

- (A) O Estado não será responsabilizado, pois quem cometeu o ato foi um agente pessoa física, cabendo a ele ser julgado.
- (B) O Estado será responsabilizado, porém não há direito de regresso visto que a sua responsabilidade é objetiva, cabendo somente a ele ser julgado pelos atos dos seus agentes.
- (C) O Estado será responsabilizado devido a sua responsabilidade ser, em regra, objetiva e cabe ao Estado o direito de regresso, visto que o agente agiu com dolo.
- (D) O Estado será responsabilizado devido a sua responsabilidade ser, em regra, objetiva, porém não cabe ao Estado o direito de regresso, visto que o agente agiu sem dolo.
- (E) O Estado não será responsabilizado, pois o agente agiu sem dolo, não cabendo também o direito de regresso.

Questão 77

As fontes do Direito também são aplicadas no Direito Administrativo, sendo elas primárias ou secundárias. Sobre o tema, é correto dizer que:

- (A) são fontes primárias a lei e os costumes.
- (B) são fontes primárias a lei e a jurisprudência.
- (C) são fontes primárias a lei e a doutrina.
- (D) são fontes secundárias as medidas provisórias e a jurisprudência.
- (E) são fontes secundárias os costumes e a doutrina.

Questão 78

O serviço público se caracteriza por ser uma atividade administrada pelo Estado e, em algumas situações, há a concessão a um ente privado de um serviço público em pretensão de uma melhor prestação do serviço. A respeito da concessão, pode-se afirmar que:

- (A) são cláusulas essenciais do contrato de concessão o seu objeto, à área e ao prazo da concessão.
- (B) a concessão de serviço público, precedida ou não da execução de obra pública, não necessita de prévia licitação.
- (C) as tarifas da concessão não poderão ser diferenciadas em função das características técnicas e dos custos específicos.
- (D) a concessão se caracteriza pela venda do serviço público a ente privado.
- (E) não é admitida pela lei a subconcessão do serviço público.

Questão 79

Chama-se de prescrição o prazo que o titular tem para exercer um direito. Em relação ao agente público que, em sua função, comete ato doloso lesivo ao erário, pode-se afirmar que:

- (A) o prazo prescricional é de 2 (dois) anos, conforme a lei.
- (B) o prazo prescricional é de 4 (quatro) anos, conforme a lei.
- (C) o prazo prescricional é de 8 (oito) anos, conforme a lei.
- (D) o prazo é imprescritível por se tratar de crime contra a administração pública.
- (E) o prazo é imprescritível por se tratar de ressarcimento contra crime doloso.

Questão 80

A modalidade pregão poderá ser adotada pela administração pública. Sobre o tema é correto afirmar que:

- (A) a modalidade pregão é um tipo de licitação destinada a aquisição de bens e serviços comuns e especiais.
- (B) o prazo fixado para a apresentação das propostas na modalidade pregão não será inferior a 8 (oito) dias úteis, contado a partir da publicação do aviso.
- (C) é obrigatória a participação de bolsas de mercadorias no apoio técnico e operacional aos órgãos e entidades promotores da modalidade de pregão.
- (D) é necessária a exigência de garantia de proposta na modalidade pregão.
- (E) a equipe de apoio deverá ser integrada, pelo menos em sua minoria, por servidores ocupantes de cargo efetivo ou emprego da administração.

Questão 81

O acesso à informação é um direito fundamental garantido por lei e poderá qualquer interessado apresentar pedido de acesso à informações aos órgãos e entidades públicas. A partir desta informação, identifique a alternativa correta:

- (A) São permitidas exigências relativas aos motivos determinantes da solicitação de informações de interesse público.
- (B) O prazo para que órgão ou entidade pública conceda informação pedida deverá ser não superior a 15 (quinze) dias.
- (C) A classificação do sigilo de informações no âmbito da administração pública federal é de competência dos Chefes de Missões Diplomáticas quando no caso de grau de ultrassecreto.
- (D) No caso de indeferimento de acesso à informações ou às razões da negativa do acesso, poderá o interessado interpor recurso contra a decisão no prazo de 5 (cinco) dias, contados da sua ciência.
- (E) O prazo máximo de restrição de acesso à informação no caso de ser ultrassecreta é de 15 (quinze) anos.

Questão 82

À luz da Lei nº 9.784/1999, a entidade é considerada:

- (A) a unidade de atuação integrante da estrutura da Administração direta e da estrutura da Administração indireta.
- (B) pessoa física ou jurídica titular de direitos ou interesses individuais.
- (C) pessoas físicas ou jurídicas titulares de direitos ou interesses coletivos.
- (D) a unidade de atuação dotada de personalidade jurídica.
- (E) a unidade de atuação dotada de personalidade privada.

Questão 83

A Lei nº 14.230/2021 dispõe sobre a improbidade administrativa. À luz da lei, a alternativa correta é:

- (A) Consideram-se atos de improbidade administrativa as condutas dolosas e culposas do agente público.
- (B) Da decisão que converter a ação de improbidade em ação civil pública caberá agravo de petição.
- (C) A suspensão e a interrupção da prescrição produzem efeitos de forma privativa ao processo na qual foi decidida a sua necessidade, sem se estender ao processo que concorreu para a prática do ato de improbidade.
- (D) O inquérito civil para apuração do ato de improbidade será concluído no prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias corridos, prorrogável uma única vez por igual.
- (E) Havendo improcedência da ação, haverá condenação em honorários sucumbenciais.

Questão 84

Alice, detenta prisional, encontra-se em depressão, sendo tratada por médico psiquiatra, e em um momento de grande descontrole emocional, cometeu suicídio. Neste caso o Estado:

- (A) não responde civilmente pelo suicídio, pois a decisão de tirar a própria vida foi tomada por Alice.
- (B) não responde civilmente pelo suicídio, pois Alice estava em tratamento médico, tendo comprovado o Estado ter oferecido todo o suporte para o tratamento da detenta.
- (C) não responde civilmente pelo suicídio e sim o médico psiquiatra que estava acompanhando Alice.
- (D) além do médico, respondem civilmente pelo suicídio.
- (E) responde civilmente pelo suicídio, independentemente de ter dado suporte a detenta, pois a sua responsabilidade é objetiva.

Questão 85

O Decreto nº 9.830/2019 regulamenta sobre a Lei de Introdução às normas do direito brasileiro. O capítulo IV, sobre a responsabilização do agente público, dispõe que:

- (A) o agente público será responsabilizado se agir ou se omitir com dolo, direto ou eventual, ou cometer erro grosseiro.
- (B) o mero nexo de causalidade entre a conduta e o resultado danoso implica em responsabilização do agente público.
- (C) o montante do dano ao erário, por si só, será elemento para caracterizar o erro grosseiro ou o dolo do agente público.
- (D) a responsabilização pela opinião técnica se estende, de forma automática, ao decisor que a adotou como fundamento de decidir.
- (E) considera-se erro grosseiro aquele manifesto, evidente e inescusável praticado com culpa, por ação ou omissão, com qualquer grau de negligência, imprudência ou imperícia.

Questão 86

Aurélio, servidor público, recebeu indevidamente valores da administração pública em razão de uma interpretação errônea de uma determinada lei. Será o servidor obrigado a devolver a quantia recebida? Analise a situação e marque a resposta correta:

- (A) Será Aurélio obrigado a restituir integralmente o valor recebido.
- (B) Será Aurélio obrigado a restituir o valor recebido, se ele ainda está disponível em seu poder, uma vez que não agiu com dolo.
- (C) Será Aurélio obrigado a restituir parcialmente o valor recebido.
- (D) Será Aurélio obrigado a restituir somente a diferença divergente do valor recebido.
- (E) Não será Aurélio obrigado a restituir o valor recebido, uma vez que é incabível a restituição ao erário dos valores recebidos de boa-fé.

Questão 87

Sobre a advocacia pública, afirma-se corretamente que:

- (A) o defensor público, para exercer suas funções, precisa ter inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil, devido a atribuições do seu cargo.
- (B) a exigência de o defensor público ter inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil é inconstitucional, tendo eles o direito de decidirem, livremente, se querem ou não permanecer associados.
- (C) o defensor público atua com o interesse público em defesa dos interesses sociais.
- (D) o defensor público está sujeito ao Código de Ética do Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil.
- (E) o defensor público não tem competência de promover, extrajudicialmente, a conciliação entre as partes em conflito de interesses.

Questão 88

Maria, servidora pública federal, casou-se com Márcio. Após anos de muito estudo e dedicação, seu marido tomou posse como funcionário público federal, porém em outro estado. Nesta situação, poderá Maria pedir sua remoção e acompanhar o seu marido? Analise a situação e marque a alternativa correta:

- (A) Maria poderá pedir a remoção, visto que por ser servidora pública federal, tem este direito atribuído ao cargo.
- (B) Maria não poderá pedir a remoção e sim o seu marido, devido a sua posse ter sido posterior ao da esposa.
- (C) Maria não poderá pedir a remoção, visto que seu marido não foi deslocado por interesse da administração.
- (D) Maria não poderá pedir a remoção, dado que a remoção somente cabe a servidores estaduais.
- (E) Maria e Márcio podem pedir a remoção, sendo-lhes facultado o direito de escolha em qual estado residir.

Questão 89

A lei prevê três grupos de situações em que a contratação ocorrerá de forma direta, as chamadas licitações dispensadas, dispensáveis e inexigíveis. Sobre elas, é correto afirmar que:

- (A) nas licitações dispensadas, dispensáveis e inexigíveis, a lei estabelece uma lista determinada de cobertura, sendo o rol taxativo.
- (B) a licitação será dispensada quando a lei autoriza a não realização da licitação, tendo o Estado o poder de discricionariedade.
- (C) a licitação dispensável tem rol exemplificativo, sendo estabelecido em lei apenas algumas situações quando deverá ocorrer-la.
- (D) a licitação dispensada tem rol exemplificativo, sendo estabelecido em lei apenas algumas situações quando deverá ocorrer-la.
- (E) a licitação inexigível tem rol exemplificativo, sendo estabelecido em lei apenas algumas situações quando deverá ocorrer-la.

Questão 90

Pedro, servidor público aposentado, foi contratado pela administração pública, temporariamente, para a realização de um serviço técnico. A contratação de Pedro pelo ente público é:

- (A) ilegal, pelo fato que ele já foi servidor público.
- (B) ilegal, pelo fato que é trabalhador aposentado.
- (C) ilegal, pelo fato que é trabalhador aposentado do serviço público.
- (D) ilegal, pelo fato há impedimento de acumulação de proventos de aposentadoria com remuneração de cargo ou emprego público efetivo.
- (E) legal, pelo fato que é aposentado do serviço público e não há impedimento de acumulação de proventos de aposentadoria com remuneração de cargo ou emprego público efetivo.

Questão 91

O orçamento público destina-se ao planejamento detalhado da previsão dos recursos a serem arrecadados e a sua destinação. Sobre o tema, está correto o que se afirma em:

- (A) Cabe à Lei Complementar dispor sobre o exercício financeiro público.
- (B) A União, o Estado e o Município elaboram semestralmente o seu orçamento.
- (C) O Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias é elaborado pelo Poder Legislativo e proposto até o dia 10 (dez) de abril do ano anterior ao de sua referência.
- (D) Compete somente à União legislar sobre o orçamento público.
- (E) O Projeto de Lei Orçamentária Anual é elaborado pelo Poder Executivo e proposto até o dia 30 (trinta) de Agosto do primeiro ano de cada governo, começando a valer no ano seguinte.

Questão 92

Acerca dos princípios aplicados no orçamento público, marque a opção correta.

- (A) O orçamento deve ser uno, devendo conter em parte todas as receitas e despesas, com exercício financeiro instituído por lei.
- (B) O orçamento deve ser uno, devendo conter todas as receitas e todas as despesas, com exercício financeiro semestral.
- (C) O orçamento deve ser uno, devendo conter todas as receitas e todas as despesas, discriminando as suas vinculações e contendo os dispositivos não previstos da sua receita e a sua fixação.
- (D) O orçamento deve ser uno, devendo conter todas as receitas e todas as despesas, não contendo matéria estranha à sua previsão e fixação.
- (E) O orçamento deve ser uno, devendo conter todas as receitas e todas as despesas, tendo o seu ciclo orçamentário vigência ilimitada.

Questão 93

A Lei da Responsabilidade Fiscal estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal. Acerca das despesas com o pessoal, a alternativa correta é:

- (A) Os valores dos contratos de terceirização de mão-de-obra, em substituição de servidores e empregados públicos não serão contabilizados como outras despesas com o pessoal devido ao seu caráter substitutivo.
- (B) Entende-se como despesa total com pessoal, o somatório dos gastos do ente da Federação com os funcionários ativos e os inativos, sendo excluídos desta despesa os pensionistas que já não participam mais da gestão pública.
- (C) A despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida de 60% (sessenta por cento) para a União.
- (D) A repartição, na esfera federal, da despesa total com pessoal não poderá exceder 6% (seis por cento) para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas da União.
- (E) A despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida de 60% (sessenta por cento) para o Município.

Questão 94

Paulo, servidor público estadual, ao preencher todos os requisitos para a promoção de cargo, requereu administrativamente a sua progressão funcional. A Secretaria da Administração negou a promoção sob o argumento de que o Estado-membro já havia ultrapassado o limite dos gastos previsto pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Neste caso, a recusa da progressão funcional foi lícita? Analise a situação e marque a alternativa correta:

- (A) Sim, foi lícita a recusa da progressão funcional devido ao fato que a promoção geraria mais custos ao Estado, que já se encontrava no limite previsto pela Lei de Responsabilidade Fiscal.
- (B) Sim, foi lícita a recusa da progressão funcional devido ao conflito ter sido analisado administrativamente, sendo de competência da esfera administrativa decidir de forma discricionária acerca da questão.
- (C) Não, foi ilícita a recusa da progressão funcional, uma vez que ela decorre de determinação legal.
- (D) Não, foi ilícita a recusa da progressão funcional devido ao conflito ter sido analisado administrativamente, não sendo atributo da esfera administrativa decidir sobre a questão.
- (E) Não, foi ilícita a recusa da progressão funcional, dado que a Lei de Responsabilidade Fiscal não cabe a lei impor limites aos gastos e sim dispor sobre a responsabilidade fiscal dos agentes públicos.

Questão 95

Um Estado-membro concedeu isenção do imposto sobre a propriedade de veículos automotores (IPVA) em uma categoria de automóvel. No caso concreto, o Estado-membro agiu corretamente em legislar sobre a matéria? Analise a situação e marque a alternativa correta:

- (A) Não agiu corretamente o Estado-membro, em razão que cabe somente à União legislar sobre a matéria.
- (B) Não agiu corretamente o Estado-membro, em razão que deverá ser acompanhada da estimativa de impacto orçamentário e financeiro a proposição legislativa que crie ou altere despesa obrigatória ou renúncia de receita.
- (C) Não agiu corretamente o Estado-membro, em razão que pelo princípio da universalidade, não pode ele legislar somente sobre uma categoria de imposto.
- (D) Agiu corretamente o Estado-membro, em razão que pelo princípio da autonomia cabe a ele, discricionariamente, decidir o melhor para impulsionar o desenvolvimento do Estado.
- (E) Agiu corretamente o Estado-membro, em razão que cabe a ele legislar sobre a matéria.

Questão 96

O orçamento público é um instrumento utilizado para o planejamento detalhado da previsão dos recursos públicos que serão arrecadados e a sua devida destinação, englobando assim as receitas e as despesas. As principais funções do orçamento público são:

- (A) as funções alocativa, distributiva e estabilizadora.
- (B) as funções alocativa, intervencionista e coordenadora.
- (C) as funções monetária, distributiva e estabilizadora.
- (D) as funções alocativa, distributiva e reguladora.
- (E) as funções alocativa, provedora e estabilizadora.

Questão 97

A função que tem como finalidade o uso da política orçamentária com o objetivo de manter o pleno emprego, a estabilidade econômica e o controle de preços é denominada função:

- (A) do planejamento.
- (B) distributiva.
- (C) alocativa.
- (D) estabilizadora.
- (E) intervencionista.

Questão 98

A dívida pública pode ser classificada como flutuante ou fundada. À luz da classificação, está correto o que se diz em:

- (A) A dívida fundada é aquela contraída pela Administração Pública, por um breve e determinado período de tempo.
- (B) Os débitos de tesouraria não compreendem a dívida flutuante.
- (C) A dívida fundada é baseada em contratos que geram compromissos de exigibilidade superior a 10 (dez) meses.
- (D) O Passivo Financeiro compreenderá as dívidas flutuantes.
- (E) A dívida flutuante compreende os serviços da dívida a pagar.

Questão 99

A União, mediante lei complementar, para atender a despesas extraordinárias decorrentes de calamidade pública, instituiu tributo com destinação específica e restituível. Com este ato, a União gerou receita pública denominada:

- (A) contribuições de melhoria.
- (B) empréstimo compulsório.
- (C) taxas extraordinárias.
- (D) contribuições especiais.
- (E) taxa de arrecadação.

Questão 100

Sobre o Plano Plurianual (PPA), está correto o que se diz em:

- (A) Tem prazo de 4 (quatro) anos e é responsável por apontar diretrizes, objetivos e metas para a administração pública.
- (B) Tem prazo de 5 (cinco) anos e é responsável por apontar diretrizes, objetivos e metas para a administração pública.
- (C) Tem prazo anual e é responsável por apontar diretrizes, objetivos e metas para a administração pública.
- (D) É responsável por estabelecer parâmetros necessários à alocação dos recursos no orçamento anual, estimando receitas e despesas para um exercício financeiro.
- (E) É responsável por orientar a elaboração dos orçamentos fiscais, da seguridade social e de investimento do poder público para um exercício financeiro.